



Plano Estratégico Institucional

2015 - 2020
Versão 3.0
Dezembro / 2018



DIREÇÃO

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região



Desembargadora Rilma Aparecida Hemetério
Presidente



Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves
Vice-Presidente Administrativa



**Desembargador Rafael Edson Pugliese
Ribeiro**
Vice-Presidente Judicial



Desembargador Luiz Antonio Moreira Vidigal
Corregedor Regional

TRIBUNAL PLENO

Des. Nelson Nazar
Des. Sonia Maria de Oliveira Prince Rodrigues Franzini
Des. Marcelo Freire Gonçalves
Des. Odette Silveira Moraes
Des. Fernando Antonio Sampaio da Silva
Des. Rilma Aparecida Hemetério
Des. Tania Bizarro Quirino de Moraes
Des. Rosa Maria Zuccaro
Des. Mariangela de Campos Argento Muraro
Des. Iara Ramires da Silva de Castro
Des. Mércia Tomazinho
Des. Beatriz de Lima Pereira
Des. Wilson Fernandes
Des. Luiz Antonio Moreira Vidigal
Des. Luiz Carlos Norberto
Des. Eduardo de Azevedo Silva
Des. José Carlos Fogaça
Des. José Roberto Carolino
Des. Rafael Edson Pugliese Ribeiro
Des. Ricardo Artur Costa e Trigueiros
Des. Valdir Florindo
Des. Rovirso Aparecido Boldo
Des. Sonia Maria de Barros
Des. Sonia Aparecida Gindro
Des. Sergio Jose Bueno Junqueira Machado

Des. Cândida Alves Leão
Des. Lizete Belido Barreto Rocha
Des. Jane Granzoto Torres da Silva
Des. Jucirema Maria Godinho Gonçalves
Des. José Ruffolo
Des. Ivani Contini Bramante
Des. Ana Cristina Lobo Petinati
Des. Ivete Ribeiro
Des. Silvia Terezinha de Almeida Prado Andreoni
Des. Sergio Pinto Martins
Des. Marta Casadei Momezzo
Des. Davi Furtado Meirelles
Des. Maria da Conceição Batista
Des. Sonia Maria Forster do Amaral
Des. Rosa Maria Villa
Des. Jomar Luz de Vassimon Freitas
Des. Magda Aparecida Kersul de Brito
Des. Carlos Roberto Husek
Des. Salvador Franco de Lima Laurino
Des. Maria de Lourdes Antonio
Des. Francisco Ferreira Jorge Neto
Des. José Eduardo Olivé Malhadas
Des. Doris Ribeiro Torres Prina
Des. Wilma Gomes da Silva Hernandez
Des. Leila Aparecida Chevtchuk de Oliveira

TRIBUNAL PLENO

Des. Sérgio Roberto Rodrigues
Des. Silvana Abramo Margherito Ariano
Des. Maria Inês Ré Soriano
Des. Paulo José Ribeiro Mota
Des. Lilian Gonçalves
Des. Manoel Antonio Ariano
Des. Cíntia Táffari
Des. Roberto Barros da Silva
Des. Jonas Santana de Brito
Des. Bianca Bastos
Des. Sandra Curi de Almeida
Des. Adalberto Martins
Des. Benedito Valentini
Des. Maria Isabel Cueva Moraes
Des. Sidnei Alves Teixeira
Des. Ricardo Verta Luduvica
Des. Rosana de Almeida Buono
Des. Regina Aparecida Duarte
Des. Simone Fritschy Louro
Des. Kyong Mi Lee
Des. Alvaro Alves Nôga
Des. Donizete Vieira da Silva
Des. Nelson Bueno do Prado
Des. Antero Arantes Martins
Des. Dâmia Ávoli

Des. Orlando Apuene Bertão
Des. Armando Augusto Pinheiro Pires
Des. Susete Mendes Barbosa de Azevedo
Des. Flávio Villani Macedo
Des. Marcos César Amador Alves
Des. Fernanda Oliva Cobra Valdivia
Des. Ana Maria Moraes Barbosa Macedo
Des. Elza Eiko Mizuno
Des. Mauro Vignotto
Des. Margoth Giacomazzi Martins
Des. Maria Elizabeth Mostardo Nunes
Des. Lycanthia Carolina Ramage
Des. Maria José Bighetti Ordoño Rebello
Des. Willy Santilli
Des. Sônia Aparecida Costa Mascaro Nascimento
Des. Fernando Alvaro Pinheiro

COMITÊ DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Ato GP nº 58/2018

Membros natos

Rilma Aparecida Hemetério (Presidente do Tribunal)
Jucirema Maria Godinho Gonçalves (Vice-Presidente Administrativa)
Rafael Edson Pugliese Ribeiro (Vice-Presidente Judicial)
Luiz Antonio Moreira Vidigal (Corregedora Regional)

Membros efetivos

Desembargadores:

Sonia Maria Forster do Amaral
Paulo José Ribeiro Mota
Roberto Barros da Silva
Benedito Valentini
Ricardo Verta Ludovice
Regina Aparecida Duarte
Álvaro Alves Nôga
Nelson Bueno do Prado
Mauro Vignotto
Maria Elizabeth Mostrado Nunes

Juizes Titulares de Vara:

Paulo Kim Barbosa
Moisés dos Santos Heitor
Rogério Moreno de Oliveira
Olga Vishnevsky Fortes
Rodrigo Garcia Schwarz
Thomaz Moreira Werneck
Frederico Monacci Cerutti
Bruno José Perusso
Farley Roberto Rodrigues de Carvalho Ferreira

COMITÊ DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Ato GP nº 58/2018

Servidores

Aline Maria de Castro Silva Rossi (Secretaria de Comunicação Social)
Ana Celina Ribeiro Ciano Siqueira (Secretaria-Geral Judiciária)
Aquiles José Malvezzi (Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações)
Arlindo Antonio Teixeira da Costa (Secretário de Turma)
Claudia Polachini Kayatt (Secretaria da Ouvidoria)
Denize Mota (Secretaria de Gestão de Pessoas)
Gustavo Miranda da Silva (Coordenadoria de Estatística e Gestão de Indicadores)
João Nazareth Oliveira Quirino de Moraes (Secretaria da Corregedoria Regional)
Leandra Maria Leal de Sant'Anna (Secretaria de Gestão Estratégica e Projetos)
Marcelo Canizares Schettini Seabra (Secretaria de Segurança Institucional)
Marcio Nisi Gonçalves (Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações)
Maria Cláudia Daidone (Escola Judicial)
Maria Inês Ebert Gatti (Secretaria da Vice-presidência Administrativa)
Maria Romana Almeida de Lima (Secretaria-Geral da Presidência)
Nivaldo Catania (Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira)
Paulo Jorge Peralta (Diretoria-Geral da Administração)
Ricardo Alex Serra Viana (Coordenadoria de Apoio ao Planejamento e à Governança de TIC)
Robson Guimarães (Secretaria de Saúde)
Sergio Pinto Martins (Secretaria da Escola Judicial)
Sílvia Ramos Mathias (Secretaria de Serviços Integrados à Promoção da Qualidade de Vida)
Tarcísio Ferreira (Servidor indicado pelo Sintrajud)
Walter Clair Pereira (Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial)

A 2ª REGIÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO E A ESTRATÉGIA

A Estratégia do Tribunal

O ambiente de atuação do maior Tribunal Trabalhista do país sofre influência direta da estrutura legal e normativa vigente, da conjuntura econômica e social do país, da estrutura existente no órgão e da atuação do corpo diretivo, dos magistrados e servidores.

A sociedade demanda profissionalismo, celeridade e excelência na entrega da prestação jurisdicional. Diante disso, é essencial que a Instituição esteja preparada para lidar com os riscos e incertezas que possam comprometer sua atuação. A elaboração de uma estratégia eficaz e dinâmica é essencial para agirmos nas situações já estabelecidas e nos cenários futuros.

A estratégia institucional se define pelo caminho a ser trilhado ao longo do tempo para legitimar a atuação do Tribunal no âmbito de sua competência, de modo a cumprir a missão estabelecida e atingir a visão de futuro pretendida.

A estratégia, no entanto, deve ser revestida de representatividade e não ser definida como um ato isolado decorrente da vontade dos gestores da Instituição, que têm sua atuação limitada no tempo.

Da condução dos trabalhos

O processo de elaboração do Plano Estratégico Institucional (2015 – 2020) contou com a atuação do Comitê de Planejamento e Gestão deste Tribunal, então instituído pelo Ato GP nº 28/2010, que teve sua composição alterada pelo Ato GP nº 58/2018. Trata-se de grupo representativo de todas as esferas de atuação da Instituição, constituído com o objetivo de tornar o resultado do processo de planejamento mais legítimo e próximo das necessidades do Tribunal.

O grupo, com as lições aprendidas ao longo dos últimos anos, avaliou o Plano Estratégico 2011-2016, realizou um diagnóstico preciso da realidade do órgão e efetivou as adequações necessárias sem descuidar do obrigatório alinhamento com o Plano Estratégico definido para a Justiça do Trabalho (2015-2020) pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Os objetivos estratégicos e as ações foram adequadas, quando necessário.

Os indicadores que espelham o desempenho do Tribunal nas mais diversas esferas (a visão de presente) foram avaliados e as metas pretendidas para cada objetivo estratégico, com influência direta na visão de futuro, foram estabelecidas.

A 2ª REGIÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO E A ESTRATÉGIA

Nossos próximos passos

O Plano Estratégico deste Tribunal é de grande importância para o desenvolvimento e constante aprimoramento das práticas gerenciais, uma vez que auxilia no diagnóstico e melhorias da instituição.

O planejamento estratégico permite a tomada de decisões acertadas com mais chances de construir uma história de sucesso e duradoura, tendo em vista que analisa os riscos que cada caminho oferece, além de planejar, criar e controlar as ações.

O nosso êxito é fruto da dedicação das diversas áreas envolvidas, as quais sempre propiciam condições favoráveis para o alcance dos objetivos institucionais e cumprimento das metas.

Ressalte-se que este Tribunal busca disseminar a cultura do planejamento estratégico, garantir um serviço de qualidade ao jurisdicionado e aplicar boas práticas de gestão.

Justificativa

Este Plano Estratégico Institucional 2015-2020 (PEI 2015-2020) representa as diretrizes institucionais do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para que sua missão seja, de fato, concretizada. Desse modo, manter o Plano atualizado se torna uma tarefa primordial para a instituição.

A versão 3.0 deste documento surgiu em razão das decisões deliberadas pelo Comitê de Planejamento e Gestão nas Reuniões de Análise Estratégica (RAEs), realizadas nos dias 29 de novembro de 2016 e 10 de setembro de 2018, garantindo assim a excelência e efetividade na prestação jurisdicional.

Nesta nova versão foram realizadas alterações e exclusões de indicadores, razão pela qual foi necessária a adequação do documento.

As modificações, de caráter estratégico, indicam o desejo de buscarmos padrões de excelência na prestação de serviços à sociedade e harmonização com as atuais demandas e anseios da instituição.

RILMA APARECIDA HEMETÉRIO
Presidente do Tribunal
Gestão 2018-2020

SUMÁRIO

Missão	13
Visão	14
Valores	15
Mapa Estratégico	16
Objetivos Estratégicos	17
Perspectiva Recursos	
1. Promoção da valorização das pessoas e da qualidade de vida	17
2. Provimento de infraestrutura física adequada às atividades judiciais e administrativas	18
3. Garantia de infraestrutura e recursos tecnológicos adequados às atividades judiciais e administrativas	19
4. Alinhamento do plano orçamentário à estratégia institucional	20
Perspectiva Processos Internos	
5. Gestão da governança judiciária e administrativa	21
6. Gestão da governança de Tecnologia da Informação e Comunicações	22
Perspectiva Sociedade	
7. Garantia da razoável duração do processo na prestação jurisdicional	23
8. Garantia da efetividade na prestação jurisdicional	24
9. Garantia de atuação com responsabilidade socioambiental	25

SUMÁRIO

Ações Estratégicas	26
Ação 1 - Reduzir o saldo residual dos processos na fase cognitiva	26
Ação 2 - Promover a efetividade do processo de execução	27
Ação 3 - Munir o Tribunal de sistemas de gestão administrativa	28
Ação 4 - Estabelecer a gestão por processo nas unidades judiciais e administrativas do TRT2	29
Ação 5 - Capacitar continuamente magistrados e servidores nas competências essenciais e na gestão administrativa	30
Ação 6 - Prover infraestrutura adequada para o funcionamento das unidades judiciais e administrativas	31
Ação 7 - Aprimorar a gestão de pessoas	32
Ação 8 - Aperfeiçoar a gestão de recursos orçamentários e financeiros	33
Ação 9 - Adotar práticas voltadas à responsabilidade socioambiental	34
Ação 10 - Implementar programas em prol da qualidade de vida	35
Ação 11 – Acompanhar as ações relacionadas à gestão da governança definidas no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC)	36
Indicadores de Desempenho	37
Indicador 1: Capacitação dos Magistrados nas Competências Institucionais	38
Indicador 2: Capacitação dos Servidores nas Competências Institucionais	39

SUMÁRIO

Indicador 3: Percentual do Orçamento de Custeio aplicado em Capacitação	40
Indicador 4: Índice de Clima Organizacional	41
Indicador 5: Índice de Instalações Físicas Adequadas	42
Indicador 6: Índice de Adequação aos Padrões de Nivelamento de TI Estabelecidos pelo CNJ (Resolução 211, itens de infraestrutura)	43
Indicador 7: Índice de Disponibilidade de Serviços de TI	44
Indicador 8: Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)	45
Indicador 9: Índice de Eficiência Operacional - Em Tramitação	46
Indicador 10: Índice de Eficiência Operacional - Entrados	47
Indicador 11: Índice de Processos de TI Aderentes as Melhores Práticas do COBIT	48
Indicador 12: iGov TIC-JUD	49
Indicador 13: Tempo de Ciclo Total (1o Grau)	50
Indicador 14: Prazo Médio de Perícia	51
Indicador 15: Índice de Processos Antigos (IPA)	52
Indicador 16: Tempo Médio de Duração do Processo - Fase de Conhecimento - 1ª Instância (TMDP1C)	53
Indicador 17: Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância (TMDP2)	54
Indicador 18: Índice de Processos Julgados no 1o Grau (Conhecimento) - IPJ	55

SUMÁRIO

Indicador 19: Índice de Processos Julgados no 2o Grau (Conhecimento) - IPJ	56
Indicador 20: Índice de Conciliação (IConc)	57
Indicador 21: Índice de Execução (IE)	58
Indicador 22: Pesquisa de Satisfação (Grau de Satisfação com os Serviços Prestados)	59
Indicador 23: Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes (IRA)	60
Indicador 24: Índice de Atendimento das Metas do PLS	61
Glossário	62

Promover a pacificação social oferecendo uma prestação jurisdicional rápida, acessível e efetiva nos litígios sob a jurisdição trabalhista.

“Uma missão bem difundida desenvolve nos funcionários um senso comum de oportunidade, direção, significância e realização. Uma missão bem explícita atua como uma mão invisível que guia os funcionários para um trabalho independente, mas coletivo, na direção da realização dos potenciais da empresa.”

KOTLER

Ser reconhecido pela sociedade como instituição de excelência, que atua com celeridade, credibilidade, relevância e efetividade na prestação jurisdicional.

“A visão é o estado futuro desejado e alinhado com as aspirações de uma organização, algo que a organização pode definir e redigir após responder a questão: para onde pretende ir?”

Pires

**Ética; Transparência; Celeridade; Efetividade; Comprometimento;
Inovação; Valorização das Pessoas e da Cidadania; Acessibilidade;
Responsabilidade Socioambiental.**

“Valores organizacionais são princípios ou crenças, organizados hierarquicamente, relativos a condutas ou metas organizacionais desejáveis, que orientam a vida da organização e estão a serviço de interesses individuais, coletivos ou ambos.”

Tamayo



MISSÃO

Promover a pacificação social oferecendo uma prestação jurisdicional rápida, acessível e efetiva nos litígios sob a jurisdição trabalhista

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como instituição de excelência, que atua com celeridade, credibilidade, relevância e efetividade na prestação jurisdicional

VALORES

Ética - Transparência - Efetividade
- Valorização das pessoas e da cidadania - Celeridade -
Comprometimento - Inovação
- Responsabilidade socioambiental -
Acessibilidade

Sociedade

Garantia da razoável duração do processo na prestação jurisdicional

Garantia da efetividade da prestação jurisdicional

Garantia da atuação com responsabilidade socioambiental

Processos Internos

Gestão da governança judiciária e administrativa

Gestão da governança de Tecnologia da Informação e Comunicações

Recursos

Promoção da valorização das pessoas e da qualidade de vida

Provimento de infraestrutura física adequada às atividades judiciais e administrativas

Garantia de infraestrutura e recursos tecnológicos adequados às atividades judiciais e administrativas

Alinhamento do plano orçamentário à estratégia Institucional

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



1. Promoção da valorização das pessoas e da qualidade de vida

Compreende a promoção de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano na Instituição, buscando a melhoria do clima organizacional, a valorização dos colaboradores e a humanização nas relações de trabalho. Visa à adequada distribuição da força de trabalho, garantindo, também, que magistrados e servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes para o alcance dos objetivos institucionais, por meio do desenvolvimento e da gestão de competências tidas como essenciais. Propõe-se, ainda, a promover a saúde ocupacional, o controle de riscos e a prevenção de acidentes e doenças relacionados ao trabalho.

Ações Relacionadas:

Ação 05 - Capacitar continuamente magistrados e servidores nas competências essenciais e na gestão administrativa^D

Ação 06 - Prover infraestrutura adequada para o funcionamento das unidades judiciais e administrativas^I

Ação 07 - Aprimorar a gestão de pessoas^D

Ação 10 – Implementar programas em prol da qualidade de vida^D

Indicadores Relacionados:

Indicador 1: Capacitação dos Magistrados nas Competências Institucionais

Indicador 2: Capacitação dos Servidores nas Competências Institucionais

Indicador 3: Percentual do Orçamento de Custeio aplicado em Capacitação

Indicador 4: Índice de Clima Organizacional

^D Ação diretamente relacionada ao objetivo estratégico

^I Ação indiretamente relacionada ao objetivo estratégico

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



2. Provimento de infraestrutura física adequada às atividades judiciais e administrativas

Trata-se de objetivo que almeja prover a Instituição de recursos materiais (instalações, mobiliários, acesso) que permitam o bom desempenho das unidades administrativas e judiciais, garantindo condições de trabalho que observem as peculiaridades do indivíduo, a preservação da saúde e integridade física e mental de magistrados e servidores, frente aos riscos laborais. Compreende a busca por acessibilidade nos espaços, no meio físico, na informação e na comunicação. Considera a adoção de um sistema de gestão que promova a inclusão social e o cuidado com o meio ambiente.

Ações Relacionadas:

Ação 06 - Prover infraestrutura adequada para o funcionamento das unidades judiciais e administrativas^D

Ação 09 - Adotar práticas voltadas à responsabilidade socioambiental^D

Indicador relacionado:

Indicador 5: Índice de Instalações Físicas Adequadas

^D Ação diretamente relacionada ao objetivo estratégico

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



3. Garantia de infraestrutura e recursos tecnológicos adequados às atividades judiciais e administrativas

Pretende garantir o fornecimento de recursos de Tecnologia da Informação que permitam o bom desempenho dos trabalhos nas unidades administrativas e judiciais. Propõe-se a assegurar a eficiência, confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, serviços e sistemas essenciais da Justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos e processos de segurança, do controle efetivo de riscos, assim como pela otimização de recursos humanos e tecnológicos. Visa à utilização racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, garantindo o desenvolvimento, aperfeiçoamento e a disponibilidade dos sistemas essenciais à execução da estratégia e à melhoria da qualidade de vida.

Ação Relacionada:

Ação 03 - Munir o Tribunal de sistemas de gestão administrativa^D

Indicadores Relacionados:

Indicador 6: Índice de Adequação aos Padrões de Nivelamento de TI Estabelecidos pelo CNJ (Resolução 211, itens de infraestrutura)

Indicador 7: Índice de Disponibilidade de Serviços de TI

^D Ação diretamente relacionada ao objetivo estratégico



4. Alinhamento do plano orçamentário à estratégia institucional

Compreende a adoção de ferramentas e mecanismos que viabilizem o alinhamento prévio dos instrumentos orçamentários à estratégia institucional, garantindo recursos que viabilizem sua execução com efetividade.

Ação Relacionada:

Ação 08 - Aperfeiçoar a gestão de recursos orçamentários e financeiros^D

Indicadores Relacionados:

Indicador 8: Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)

^D Ação diretamente relacionada ao objetivo estratégico

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



5. Gestão da governança judiciária e administrativa

Compreende a implantação e monitoramento da uniformização dos procedimentos e rotinas de atuação das unidades administrativas e judiciárias, garantindo que se alinhem ao Planejamento Estratégico e às metas da Instituição. Propõe-se à adoção de modelos de gestão comprometidos com o fortalecimento da autonomia administrativa e financeira, com a transparência e com a proteção da coisa pública, visando à eficiência operacional e à probidade administrativa. Considera o estabelecimento das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos.

Ações Relacionadas:

Ação 03 - Munir o Tribunal de sistemas de gestão administrativa^D

Ação 04 - Estabelecer a gestão por processo nas unidades judiciais e administrativas do TRT2^D

Ação 05 - Capacitar continuamente magistrados e servidores nas competências essenciais e na gestão administrativa^I

Ação 07 - Aprimorar a gestão de pessoas^D

Indicadores Relacionados:

Indicador 9: Índice de Eficiência Operacional - Em Tramitação

Indicador 10: Índice de Eficiência Operacional - Entrados

^D Ação diretamente relacionada ao objetivo estratégico

^I Ação indiretamente relacionada ao objetivo estratégico



6. Gestão da governança de Tecnologia da Informação e Comunicações

Propõe-se a garantir que o uso da Tecnologia da Informação agregue valor ao negócio do Tribunal por meio de um conjunto estruturado de políticas, normas, métodos e procedimentos destinados a permitir, à alta administração, a direção e o controle da utilização atual e futura de tecnologia da informação, de modo a assegurar, com um nível aceitável de risco, a eficiente utilização de recursos e o apoio aos processos da organização, sempre com foco no alinhamento estratégico institucional.

Ações Relacionadas:

Ação 05 - Capacitar continuamente magistrados e servidores nas competências essenciais e na gestão administrativa^I

Ação 11 - Acompanhar as ações relacionadas à gestão de governança definidas no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC)^D

Indicadores Relacionados:

Indicador 11: Índice de Processos de TI Aderentes as Melhores Práticas do COBIT

Indicador 12: iGov TIC-JUD

^I Ação indiretamente relacionada ao objetivo estratégico

^D Ação diretamente relacionada ao objetivo estratégico

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



7. Garantia da razoável duração do processo na prestação jurisdicional

Compreende a entrega da jurisdição em prazo razoável, observando a segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Objetiva a elevação da produtividade dos servidores e magistrados, promovendo melhorias nas condições de execução do trabalho. Engloba o gerenciamento de custos e a satisfação da sociedade quanto à atuação do Judiciário Trabalhista, com vistas a atenuar as desigualdades sociais e garantir os direitos da cidadania.

Ações Relacionadas:

Ação 01 - Reduzir o saldo residual dos processos na fase cognitiva^D

Ação 04 - Estabelecer a gestão por processo nas unidades judiciais e administrativas do TRT2^I

Indicadores Relacionados:

Indicador 13: Tempo de Ciclo Total (1o Grau)

Indicador 14: Prazo Médio de Perícias

Indicador 15: Índice de Processos Antigos (IPA)

Indicador 16: Tempo Médio de Duração do Processo - Fase de Conhecimento - 1ª Instância (TMDP1c)

Indicador 17: Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância (TMDP2)

Indicador 18: Índice de Processos Julgados no 1o Grau (Conhecimento) - IPJ

Indicador 19: Índice de Processos Julgados no 2o Grau (Conhecimento) - IPJ

^D Ação diretamente relacionada ao objetivo estratégico

^I Ação indiretamente relacionada ao objetivo estratégico



8. Garantia da efetividade na prestação jurisdicional

Trata-se de objetivo que visa a garantir a entrega do bem da vida, solucionando problemas relativos ao acesso à Justiça, à duração e ao custo do processo. Pretende a redução das demandas relacionadas aos grandes litigantes com o auxílio da gestão da informação e do uso de sistemas eletrônicos. Considera conferir efetividade às execuções, com a adoção de mecanismos, tais como os sistemas de bloqueio de ativos do devedor (BACENJUD, RENAJUD, ARISP), a realização de leilões judiciais unificados, a celebração de parcerias com as Procuradorias da Fazenda, juntas comerciais, cartórios de registro de imóveis, assim como a utilização do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT e outras ações. Engloba a adoção de iniciativas que estimulem meios alternativos de solução de conflitos, com a participação ativa do cidadão.

Ações Relacionadas:

Ação 02 - Promover a efetividade do processo de execução^D

Ação 04 - Estabelecer a gestão por processo nas unidades judiciais e administrativas do TRT2^I

Indicadores Relacionados:

Indicador 20: Índice de Conciliação (IConc)

Indicador 21: Índice de Execução (IE)

Indicador 22: Pesquisa de Satisfação (Grau de Satisfação com os Serviços Prestados)

Indicador 23: Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes (IRA)

^D Ação diretamente relacionada ao objetivo estratégico

^I Ação indiretamente relacionada ao objetivo estratégico

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



9. Garantia da atuação com responsabilidade socioambiental

Objetiva mitigar os impactos sociais e ambientais negativos resultantes das atividades institucionais, principalmente por meio do consumo e do descarte responsáveis, bem como do uso racional de recursos. Visa à adoção de práticas orientadas pelo princípio da sustentabilidade, privilegiando, sempre que possível, a utilização de tecnologia limpa. Engloba a efetivação do meio ambiente do trabalho equilibrado, com adoção de medidas de higiene e segurança dedicadas à sadia qualidade de vida dos trabalhadores. Compreende a ampliação das condições de acessibilidade, o implemento de adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas, assim como a inclusão digital voltada a portadores de necessidades especiais. Considera, ainda, a promoção, junto à sociedade, de ações de inclusão social relacionadas às questões do mundo do trabalho.

Ações Relacionadas:

Ação 06 - Prover infraestrutura adequada para o funcionamento das unidades judiciais e administrativas^I

Ação 09 - Adotar práticas voltadas à responsabilidade socioambiental^D

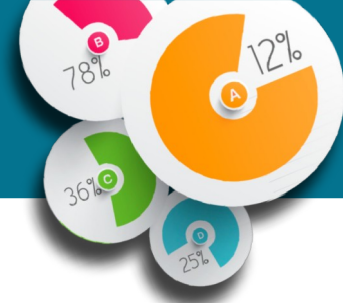
Ação 10 – Implementar programas em prol da qualidade de vida^I

Indicadores Relacionados:

Indicador 24: Índice de Atendimento das Metas do PLS

^I Ação indiretamente relacionada ao objetivo estratégico

^D Ação diretamente relacionada ao objetivo estratégico



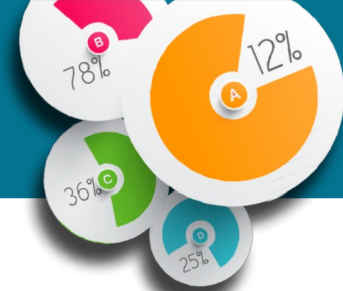
1. Reduzir o saldo residual dos processos na fase cognitiva

Identificar os gargalos responsáveis pela demora no tempo de tramitação do processo na fase de conhecimento, com vistas a fornecer meios que viabilizem a razoável duração do processo e a redução do saldo processual.

Objetivo relacionado:

7. Garantia da razoável duração do processo na prestação jurisdicional^D

^D Objetivo Estratégico diretamente relacionado à ação



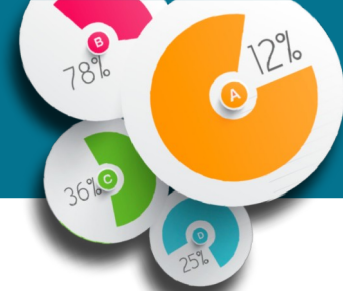
2. Promover a efetividade do processo de execução

Fornecer mecanismos que incentivem a uniformização de procedimentos e entendimentos na fase de execução do processo trabalhista, de forma que se possa atingir maior efetividade e celeridade. Pretende fornecer mecanismos, novos ou aprimorados, que viabilizem a concretização da satisfação do débito trabalhista.

Objetivo relacionado:

8. Garantia da efetividade na prestação jurisdicional^D

^D Objetivo Estratégico diretamente relacionado à ação



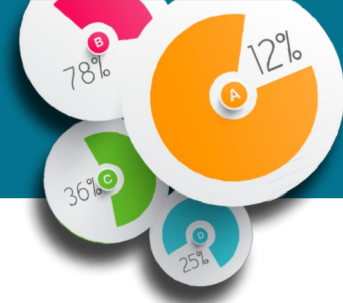
3. Munir o Tribunal de sistemas de gestão administrativa

Implantar sistemas de apoio à gestão administrativa de forma a racionalizar procedimentos e garantir mecanismos eficientes de registro, monitoramento e extração de dados, sempre com vistas ao acompanhamento da estratégia e das ações institucionais.

Objetivos relacionados:

3. Garantia de infraestrutura e recursos tecnológicos adequados às atividades judiciais e administrativas^D
5. Gestão da governança judiciária e administrativa^D

^D Objetivo Estratégico diretamente relacionado à ação



4. Estabelecer a gestão por processo nas unidades judiciais e administrativas do TRT2

Mapear, aprimorar e padronizar os processos de trabalho das unidades judiciais e administrativas com o objetivo de racionalizar as rotinas operacionais.

Objetivos relacionados:

- 5. Gestão da governança judiciária e administrativa^D
- 7. Garantia da razoável duração do processo na prestação jurisdicional^I
- 8. Garantia da efetividade na prestação jurisdicional^I

^D Objetivo Estratégico diretamente relacionado à ação

^I Objetivo Estratégico indiretamente relacionado à ação



5. Capacitar continuamente magistrados e servidores nas competências essenciais e na gestão administrativa

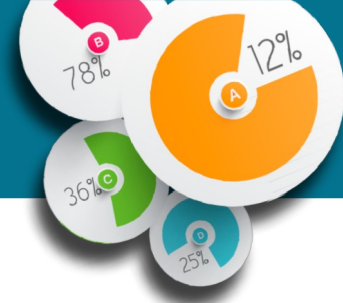
Estabelecer processo contínuo de capacitação que permita o desenvolvimento e a gestão de competências tidas como essenciais para o desenvolvimento profissional de servidores e magistrados, privilegiando as necessidades institucionais, a gestão judicial e administrativa.

Objetivos relacionados:

1. Promoção da valorização das pessoas e da qualidade de vida^D
5. Gestão da governança judiciária e administrativa^I
6. Gestão da governança de Tecnologia da Informação e Comunicações^I

^DObjetivo Estratégico diretamente relacionado à ação

^IObjetivo Estratégico indiretamente relacionado à ação



6. Prover infraestrutura adequada para o funcionamento das unidades judiciais e administrativas

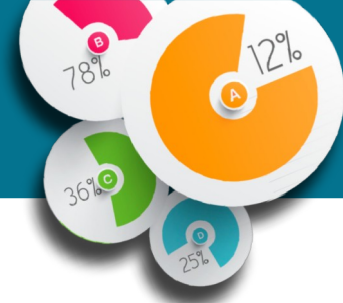
Manter a infraestrutura institucional padronizada e condizente com a realidade institucional, tornando-a acessível e adequada, privilegiando o correto uso do espaço, a livre circulação, os padrões ergonômicos, assim como a segurança e a saúde do trabalhador.

Objetivos relacionados:

1. Promoção da valorização das pessoas e da qualidade de vida^I
2. Provimento de infraestrutura física adequada às atividades judiciais e administrativas^D
9. Garantia de atuação com responsabilidade socioambiental^I

^I Objetivo Estratégico indiretamente relacionado à ação

^D Objetivo Estratégico diretamente relacionado à ação



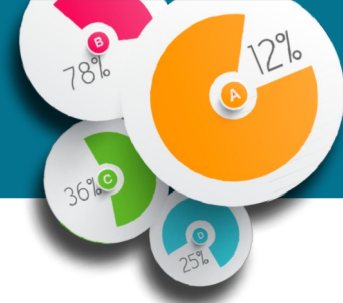
7. Aprimorar a gestão de pessoas

Definir a matriz de competências individuais necessárias para os cargos das áreas que tiverem seus processos de trabalho definidos e aperfeiçoados. Atrelar o acompanhamento do desempenho funcional a processo de avaliação eficiente que objetive o desenvolvimento de competências deficitárias ou inexistentes, com vistas a garantir perfil de excelência nas atividades desenvolvidas e clima organizacional adequado, que espelhe a satisfação do quadro de pessoal e boa qualidade de vida do trabalho, permeadas por políticas éticas e comportamento socialmente responsável.

Objetivos relacionados:

1. Promoção da valorização das pessoas e da qualidade de vida^D
5. Gestão da governança judiciária e administrativa^D

^D Objetivo Estratégico diretamente relacionado à ação



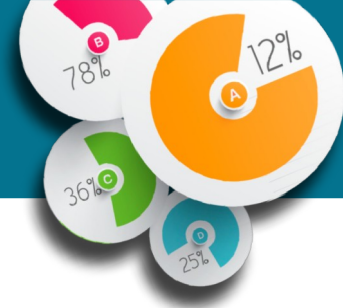
8. Aperfeiçoar a gestão de recursos orçamentários e financeiros

Assegurar a continuidade da gestão orçamentária e financeira com eficiência, aprimorado as práticas e controles utilizados.

Objetivo relacionado:

4. Alinhamento do plano orçamentário à estratégia institucional^D

^D Objetivo Estratégico diretamente relacionado à ação



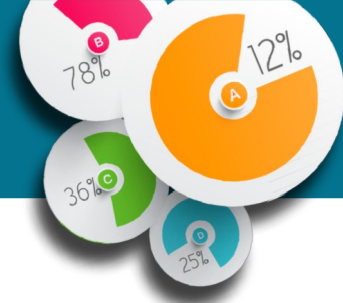
9. Adotar práticas voltadas à responsabilidade socioambiental

Garantir que as ações institucionais sejam orientadas pelo princípio da sustentabilidade, acessibilidade, da qualidade de vida e do trabalho seguro.

Objetivos relacionados:

2. Provimento de infraestrutura física adequada às atividades judiciais e administrativas^D
9. Garantia de atuação com responsabilidade socioambiental^D

^D Objetivo Estratégico diretamente relacionado à ação



10. Implementar programas em prol da qualidade de vida

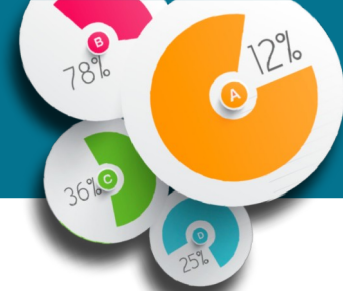
Promover a qualidade de vida de juízes, servidores e pessoal de apoio, realizando programas de integração na admissão, acompanhamento no decorrer da vida funcional e orientação para a aposentadoria.

Objetivos relacionados:

1. Promoção da valorização das pessoas e da qualidade de vida^D
9. Garantia de atuação com responsabilidade socioambiental^I

^D Objetivo Estratégico diretamente relacionado à ação

^I Objetivo Estratégico indiretamente relacionado à ação



11. Acompanhar as ações relacionadas à gestão de governança definidas no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC)

Acompanhar a execução das ações relacionadas à governança de Tecnologia da Informação previstas no Plano Estratégico de TI, garantindo que o objetivo estabelecido seja atingido com sucesso.

Objetivo relacionado:

6. Gestão da governança de Tecnologia da Informação e Comunicações^D

^D Objetivo Estratégico diretamente relacionado à ação

INDICADORES DE DESEMPENHO



“Indicadores de desempenho refletem os ‘sinais vitais’ da organização. Eles servem para informar às pessoas o que estão fazendo, como estão se saindo e se estão agindo como parte de um conjunto. Os indicadores de desempenho comunicam o que é importante para toda a organização.”

Hroner



Perspectiva Recursos

Objetivo: 1. Promoção da Valorização das Pessoas e da Qualidade de Vida

Indicador 1 Capacitação dos Magistrados nas Competências Institucionais.

Descrição Calcula o percentual de magistrados treinados com pelo menos 20 horas nas competências institucionais.

Fórmula
$$\frac{\text{Mag}_{\text{cp}}}{\text{Mag}} \times 100$$

Variáveis Mag_{cp} : Número de Magistrados treinados – 20h
 Mag : Total de Magistrados da instituição

	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		83,0%	83,5%	84,0%	84,5%	85,0%	86,0%

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: SGRH e SCDM

Esclarecimentos A data de referência é 31 de dezembro do ano avaliado.



Perspectiva Recursos

Objetivo: 1. Promoção da Valorização das Pessoas e da Qualidade de Vida

Indicador 2 Capacitação dos Servidores nas Competências Institucionais.

Descrição Calcula o percentual de servidores treinados com pelo menos 20 horas nas competências institucionais.

Fórmula
$$\frac{\text{Serv}_{\text{cp}}}{\text{Serv}} \times 100$$

Variáveis Serv_{cp} : Número de Servidores treinados – 20h
 Serv: Total de Servidores da instituição

	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		52,0%	54,0%	56,0%	48,0%	49,0%	50,0%

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: SGRH

Esclarecimentos A data de referência é 31 de dezembro do ano avaliado.



Perspectiva Recursos

Objetivo: 1. Promoção da Valorização das Pessoas e da Qualidade de Vida

Indicador 3	Percentual do Orçamento de Custeio Aplicado em Capacitação
Descrição	Calcula o percentual do orçamento destinado ao custeio da instituição aplicado na capacitação dos magistrados e servidores.
Fórmula	$\frac{\text{ValCap}}{\text{OrçExe}} \times 100$
Variáveis	ValCap: Valor aplicado em capacitação OrçExe: Orçamento de custeio executado

	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		1,10%	1,13%	1,16%	1,19%	1,22%	1,25%

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: SCOF

Esclarecimentos A meta foi definida em percentual inferior ao ano base, pois este foi calculado considerando o repasse inicial feito pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cujo montante mostrou-se superior à necessidade institucional.



Perspectiva Recursos

Objetivo: 1. Promoção da Valorização das Pessoas e da Qualidade de Vida

Indicador 4 Índice de Clima Organizacional

Descrição Calcula o percentual de avaliações positivas recebidas nas pesquisas de clima organizacional em relação ao total de pesquisas respondidas.

Fórmula
$$\frac{\text{AvalP}_{\text{Clima}}}{\text{Aval}_{\text{Clima}}} \times 100$$

Variáveis $\text{AvalP}_{\text{Clima}}$: Quantidade de avaliações positivas na pesquisa de clima organizacional
 $\text{Aval}_{\text{Clima}}$: Total de Avaliações – Clima Organizacional

	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta							

Periodicidade: Bianual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: CEGI

Esclarecimentos Metas não definidas.



Perspectiva Recursos

Objetivo: 2. Provimento de Infraestrutura Física Adequada às Atividades Judiciais e Administrativas

Indicador 5 Índice de Instalações Físicas Adequadas

Descrição Calcula o percentual de unidades com infraestrutura física adequada.

Fórmula
$$\frac{\text{Unid}_{\text{Padr}}}{\text{Unid-II}} \times 100$$

Variáveis $\text{Unid}_{\text{Padr}}$: Quantidade de unidades padronizadas
 Unid-II : Total de unidades do Tribunal - Nível II

	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		80,0%	84,0%	88,0%	92,0%	96,0%	98,0%

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: SILAP

Esclarecimentos



Perspectiva Recursos

Objetivo: 3. Garantia de Infraestrutura e Recursos Tecnológicos Adequados às Atividades Judiciais e Administrativas

Indicador 6 Índice de Adequação aos Padrões de Nivelamento de TI Estabelecidos pelo CNJ (Resolução 211, itens de Infraestrutura)

Descrição Mede e acompanha a adequação dos recursos aos padrões de nivelamento de TI definidos pelo CNJ na Resolução 211, exclusivamente para os itens de infraestrutura de TI, capítulo IV, seção III.

Fórmula
$$\frac{\sum \text{Pesos} \times \text{Estados}}{\sum \text{Pesos}} \times 100$$

Variáveis Pesos: Peso atribuído ao artigo, parágrafo, inciso ou alínea da resolução, quando aplicável
Estados: Estado de adequação ao artigo, parágrafo, inciso ou alínea da resolução, quando aplicável

	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		100,0%	60,0%	70,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: SETIC

Esclarecimentos Até 2015 o cálculo era realizado considerando a resolução 90 do CNJ, tendo sido alterado em RAE, passando a considerar a partir de 2016 a Resolução 211 do CNJ, que a sucedeu. As metas foram atualizadas a fim de acompanhar o que é solicitado na Resolução 211.



Perspectiva Recursos

Objetivo: 3. Garantia de Infraestrutura e Recursos Tecnológicos Adequados às Atividades Judiciais e Administrativas

Indicador 7 Índice de Disponibilidade dos Serviços de TI

Descrição Calcula o percentual de disponibilidade efetiva de serviços de TI em relação à disponibilidade prevista. Os serviços considerados são: SAP1, SAP2, SAPG, PJe-JT, Sisas/Ejus e Sisdoc.

Fórmula
$$\frac{\sum \frac{HDispJud}{HAcordJud}}{QTServ} \times 100$$

Variáveis
 HDispJud: Quantidade de horas de disponibilidade efetiva do serviço
 HAcordJud: Total de horas de serviço acordado
 QTServ: Quantidade de serviços considerados

	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		99,40%	99,45%	99,50%	99,50%	99,50%	99,50%

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: SETIC

Esclarecimentos



Perspectiva Recursos

Objetivo: 4. Alinhamento do Plano Orçamentário à Estratégia Institucional

Indicador 8 Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)

Descrição Verifica o grau de orçamento efetivamente executado em relação ao orçamento disponibilizado.

Fórmula

$$\frac{\text{Orç}_{\text{Liq}}}{\text{Orç}_{\text{Disp}}} \times 100$$

Variáveis

OrçLiq: Valor efetivamente liquidado do orçamento disponibilizado
 OrçDisp: Total do orçamento disponibilizado

	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		65,67%	66,17%	67,17%	68,17%	69,17%	70,17%

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: SCOF

Esclarecimentos

Equivalente a Meta 2 do CSJT.
 Meta definida pelo CSJT no Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2015 – 2020.



Perspectiva Processos Internos

Objetivo: 5. Gestão da Governança Judiciária e Administrativa

Indicador 9 Índice de Eficiência Operacional - Em Tramitação

Descrição Calcula o percentual de processos arquivados definitivamente em relação aos processos em tramitação.

Fórmula
$$\frac{\text{ArqDef1}}{\text{Tram1}} \times 100$$

Variáveis ArqDef1: Quantidade de processos arquivados definitivamente - 1º Grau
Tram1: Total de processos em tramitação - 1º Grau

	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		31%	34%	37%	40%	42%	43%

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: CEGI

Esclarecimentos



Perspectiva Processos Internos

Objetivo: 5. Gestão da Governança Judiciária e Administrativa

Indicador 10 Índice de Eficiência Operacional - Entrados

Descrição Calcula o percentual de processos arquivados definitivamente em relação aos processos entrados.

Fórmula
$$\frac{\text{ArqDef1}}{\text{Entr1}} \times 100$$

Variáveis ArqDef1: Quantidade de processos arquivados definitivamente - 1º Grau
Entr1: Total de processos entrados - 1º Grau

	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		100%	110%	120%	130%	133%	136%

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: CEGI

Esclarecimentos



Perspectiva Recursos

Objetivo: 6. Gestão da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações

Indicador 11	Índice de Processos de TI Aderentes às Melhores Práticas do COBIT
Descrição	Mede e acompanha o alinhamento de um subconjunto de processos do COBIT 5, alinhados com o cenário da TI do TRT2 e com as diretrizes da Resolução 211/CNJ.
Fórmula	$\frac{PNM0 \times 1 + PNM1 \times 2 + PNM2 \times 3}{QTPROC} \times 100$
Variáveis	<p>PNM0: Processos no nível de maturidade 0</p> <p>PNM1: Processos no nível de maturidade 1</p> <p>PNM2: Processos no nível de maturidade 2</p> <p>QTPROC: Quantidade total de processos do subconjunto</p>

	2017 (base)	2018	2019	2020
Meta		1,43	1,69	2,0

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Valor absoluto

Fonte: SETIC

Esclarecimentos



Perspectiva Recursos

Objetivo: 6. Gestão da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações

Indicador 12 iGovTIC-JUD

Descrição Acompanha o índice de governança de TI oriundo do CNJ (Resolução 211 – ENTIC-JUD).

Fórmula iGovTIC-JUD

Variáveis iGovTIC-JUD: Índice de Governança de TI calculado pelo CNJ (Resolução 211 – ENTIC-JUD)

	2016 (base)	2017	2018	2019	2020
Meta		Intermediário	Aprimorado	Aprimorado	Aprimorado

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Escala

Fonte: SETIC

Esclarecimentos Manutenção do nível Aprimorado, no mínimo.



Perspectiva Sociedade

Objetivo: 7. Garantia da razoável duração do processo na prestação jurisdicional

Indicador 13 Tempo de Ciclo Total (1º Grau)

Descrição Calcula a média dos ciclos de todas as Varas do Trabalho do Regional entre a distribuição e o arquivamento definitivo, excluído o período compreendido entre a remessa e o retorno do 2º Grau, quando houver.

Fórmula
$$\frac{\Sigma Tp1}{ArqDef1} \times 100$$

Variáveis $\Sigma Tp1$: Somatória do tempo de duração dos processos no 1º Grau, excluído o período no 2º grau
 $ArqDef1$: Quantidade de processos arquivados definitivamente - 1º Grau

	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		1.200	1.150	1.100	1.050	1.000	900

Periodicidade: Mensal
Unidade de medida: Dias
Fonte: CEGI

Esclarecimentos



Perspectiva Sociedade

Objetivo: 7. Garantia da razoável duração do processo na prestação jurisdicional

Indicador 14 Prazo Médio de Perícia

Descrição Mede o prazo médio da perícia dos processos com perícia julgados no período.

Fórmula

$$\frac{\Sigma \text{TpP}_{\text{er}}}{\text{Sol1}_{\text{CPer}}}$$

Variáveis

$\Sigma \text{TpP}_{\text{er}}$: Somatória do tempo de duração da perícia
 $\text{Sol1}_{\text{CPer}}$: Total de processos julgados - 1º Grau com perícia

	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta							
Realizado (Geral)							
Realizado (PJe)							
Realizado (Legado)							

Periodicidade: Mensal
Unidade de medida: Dias
Fonte: CEGI

Esclarecimentos Metas não definidas e resultados não apurados.



Perspectiva Sociedade

Objetivo: 7. Garantia da razoável duração do processo na prestação jurisdicional

Indicador 15 Índice de Processos Antigos (IPA)

Descrição Mede o percentual de processos julgados que foram distribuídos até o ano t-2 em relação ao total de processos distribuídos até o ano t-2.

Fórmula
$$\frac{\text{Julg1}_{t2}}{\text{Dist1}_{t2}} \times 100$$

Variáveis Julg1t-2: Quantidade de processos julgados que foram distribuídos até o ano t-2 no 1º e 2º Graus
Dist1t-2: Quantidade de processos distribuídos até o ano t-2 no 1º e 2º Graus

	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: CEGI

Esclarecimentos Equivalente a Meta 2 do CNJ e Meta 7 do CSJT.



Perspectiva Sociedade

Objetivo: 7. Garantia da razoável duração do processo na prestação jurisdicional

Indicador 16 Tempo Médio de Duração do Processo no 1º Grau - Fase de Conhecimento no 1º Grau (TMDP1c)

Descrição Mede o tempo médio entre a distribuição e a prolação da sentença dos processos no período.

Fórmula

$$\frac{\Sigma \text{TpConh1}}{\text{Sent1}}$$

Variáveis

$\Sigma \text{TpConh1}$: Somatória do tempo de duração dos processos na fase de conhecimento - 1º Grau
 Sent1: Total de processos com prolação de sentença - 1º Grau

	2016 (base)	2017	2018	2019	2020
Meta		236	236	226	221

Periodicidade: Mensal
Unidade de medida: Dias
Fonte: CEGI

Esclarecimentos Equivalente à Meta 5 do CSJT.



Perspectiva Sociedade

Objetivo: 7. Garantia da razoável duração do processo na prestação jurisdicional

Indicador 17	Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância (TMDP2)
Descrição	Mede o tempo médio entre a distribuição e a prolação da sentença dos processos no período.
Fórmula	$\frac{\Sigma Tp2}{Julg2}$
Variáveis	$\Sigma Tp2$: Somatória do tempo de duração dos processos no 2º Grau (Data do julgamento - Data da autuação/distribuição) $Julg2$: Total de processos julgados - 2º Grau

	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		319	309	299	101	97	92

Periodicidade: Mensal
Unidade de medida: Dias
Fonte: CEGI

Esclarecimentos Equivalente a Meta 4 do CSJT / Dados obtidos do sistema e-Gestão.
 Até 2017, o indicador considerava o tempo até a baixa do processo.



Perspectiva Sociedade

Objetivo: 7. Garantia da razoável duração do processo na prestação jurisdicional

Indicador 18 Índice de Processos Julgados no 1º Grau (Conhecimento) - IPJ

Descrição Mede a efetividade do Tribunal em um período, calculando o percentual de processos julgados no período em relação ao total de processos que ingressaram no mesmo período, no 1º grau - fase de conhecimento

Fórmula
$$\frac{\text{Julg1}}{\text{Entr1}} \times 100$$

Variáveis Julg1: Total de processos julgados - 1º Grau
Entr1: Total de processos entrados - 1º Grau

	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: CEGI

Esclarecimentos Equivalente a Meta 1 do CNJ e Meta 6 do CSJT.



Perspectiva Sociedade

Objetivo: 7. Garantia da razoável duração do processo na prestação jurisdicional

Indicador 19 Índice de Processos Julgados no 2º Grau (Conhecimento) - IPJ

Descrição Mede a efetividade do Tribunal em um período, calculando o percentual de processos julgados no período em relação ao total de processos que ingressaram no mesmo período, no 2º grau - fase de conhecimento

Fórmula
$$\frac{\text{Julg2}}{\text{Entr2}} \times 100$$

Variáveis Julg2: Total de processos julgados - 2º Grau
Entr2: Total de processos entrados - 2º Grau

	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: CEGI

Esclarecimentos Equivalente a Meta 1 do CNJ e Meta 6 do CSJT.



Perspectiva Sociedade

Objetivo: 8. Garantia da efetividade na prestação jurisdicional

Indicador 20 Índice de Conciliação (IConc)

Descrição Calcula o percentual de processos que foram solucionados por conciliação.

Fórmula
$$\frac{\text{Conc1}}{\text{Sol1}} \times 100$$

Variáveis Conc1: Quantidade de processos solucionados por conciliação - 1º Grau
Sol1: Total de processos solucionados - 1º Grau (Excluídas as decisões de arquivamento, desistência e declaração de incompetência)

	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		43,99%	44,99%	44,99%	48,00%	48,00%	48,00%

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: CEGI

Esclarecimentos Equivalente a Meta 3 do CNJ e Meta 9 do CSJT / Dados obtidos do sistema e-Gestão.
Se o índice atingir valor igual ou superior a 48%, a meta será considerada cumprida.



Perspectiva Sociedade

Objetivo: 8. Garantia da efetividade na prestação jurisdicional

Indicador 21 Índice de Execução (IE)

Descrição Mede a efetividade do Tribunal em um período, calculando o percentual de processos baixados no período em relação ao total de processos que ingressaram no mesmo período, na execução

Fórmula
$$\frac{\text{BaixExe1}}{\text{EntrExe1}} \times 100$$

Variáveis BaixExe1: Total de processos baixados na execução
EntrExe1: Total de processos entrados na execução

	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: CEGI

Esclarecimentos Equivalente a Meta 5 do CNJ e Meta 11 do CSJT.



Perspectiva Sociedade

Objetivo: 8. Garantia da efetividade na prestação jurisdicional

Indicador 22 Pesquisa de Satisfação (Grau de Satisfação com os Serviços Prestados)

Descrição Calcula o percentual de avaliações positivas na pesquisa de satisfação.

Fórmula

$$\frac{Aval_{Satis}}{Aval_{Satis}} \times 100$$

Variáveis

$Aval_{Satis}$: Quantidade de avaliações positivas na pesquisa de satisfação
 $Aval_{Satis}$: Total de avaliações da pesquisa de satisfação

	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta							

Periodicidade: Bianaual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: CEGI

Esclarecimentos Meta não definida.



Perspectiva Sociedade

Objetivo: 8. Garantia da efetividade na prestação jurisdicional

Indicador 23 Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes (IRA)

Descrição Calcula o percentual dos processos em tramitação que diz respeito aos 10 maiores litigantes no ano, em relação ao ano anterior

Fórmula

$$\frac{\text{PendLit10} \times 0,98}{\text{PendLit10} + \text{DistLit10} - \text{Lit10}_{\text{SOL}}} \times 100$$

Variáveis

PendLit10: Total de processos pendentes (1º Grau) dos 10 maiores litigantes
 DistLit10: Total de casos novos (1º Grau) dos 10 maiores litigantes
 Lit10_{SOL}: Quantidade de solucionados dos 10 maiores litigantes

	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: CEGI

Esclarecimentos Equivalente a Meta 7 do CNJ e Meta 10 do CSJT.



Perspectiva Processos Internos

Objetivo: 9. Garantia de atuação com responsabilidade socioambiental

Indicador 24 Índice de Atendimento das Metas do PLS

Descrição Mede e acompanha o atendimento às metas estabelecidas pelo PLS

Fórmula

$$\frac{\text{PLSAting}}{\text{TotInd}_{\text{PLS}}} \times 100$$

Variáveis

PLSAting: Quantidade de indicadores do PLS com metas atingidas
 TotInd_{PLS}: Total de indicadores do PLS

	2016 (base)	2017	2018	2019	2020
Meta		100%	65,00%	67,50%	70,00%

Periodicidade: Anual

Unidade de medida: Percentual

Fonte: Sec. Benefícios e Prog. Sociais

Esclarecimentos

GLOSSÁRIO

nº Ind.	Sigla	Variável	Descrição
1	Mag	Total de Magistrados da Instituição	Todos os Desembargadores, Juízes Titulares de Vara do Trabalho e Juízes do Trabalho Substitutos em atividade na data de referência, excluídos os inativos.
1	MagCap	Número de Magistrados Treinados – 20h	Número de magistrados de 1º e 2º Graus com pelo menos 20 horas averbadas de capacitação em eventos internos ou externos, que visem ao desenvolvimento de competências gerenciais e/ou que estejam relacionadas à atividade fim da Instituição. São computados os cursos concluídos no ano de referência e o total de horas averbadas, ainda que parte tenha sido implementada em exercício anterior.
2	Serv	Total de Servidores da Instituição	Todos os servidores em atividade na data de referência, excluídos os inativos, os cedidos e os removidos.
2	ServCap	Número de Servidores treinados – 20h	Número de servidores com pelo menos 20 horas averbadas de capacitação em eventos internos ou externos, que visem ao desenvolvimento de competências gerenciais e/ou que estejam relacionadas à atividade fim da Instituição. São computados os cursos concluídos no ano de referência e o total de horas averbadas, ainda que parte tenha sido implementada em exercício anterior.
3	ValCap	Valor aplicado em capacitação	Valor efetivamente dispendido em capacitação de magistrados e servidores no período de referência, em eventos internos ou externos, desde que patrocinados pelo Regional, que visem ao desenvolvimento de competências gerenciais e/ou que estejam relacionadas à atividade fim da Instituição.
3	OrçExe	Orçamento de custeio executado	Valor executado no período de referência relativo à Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, Capacitação de Recursos Humanos, Formação, Trabalho seguro e Aperfeiçoamento de Magistrados, Comunicação e Divulgação Institucional, excluídas as despesas obrigatórias.

GLOSSÁRIO

nº Ind.	Sigla	Variável	Descrição
4	AvalPClima	Quantidade de avaliações positivas na pesquisa de clima organizacional	Quantidade de avaliações consideradas positivas de acordo com métrica a ser estabelecida pela Instituição durante o planejamento da pesquisa de clima organizacional com magistrados e servidores
4	AvalClima	Total de avaliações - Clima Organizacional	Total de avaliações respondidas durante a pesquisa de clima organizacional com magistrados e servidores
5	UnidPadr	Quantidade de unidades padronizadas	Quantidade de unidades que atendem os padrões de adequação física estabelecidos pelo Regional. A padronização compreende quesitos relacionados às instalações elétricas e de rede, climatização de ambientes, normas de segurança e de acessibilidade, e mobiliário.
5	Unid-II	Total de unidades do Tribunal - Nível II	Unidades Nível II compreendem as varas, turmas, gabinetes, secretarias e coordenadorias. Na ausência de coordenarias nas secretarias, serão contabilizadas as seções.
6	Pesos	Pesos	Peso atribuído ao artigo, parágrafo, inciso ou alínea da resolução, quando aplicável
6	Estados	Estados	Estado de adequação ao artigo, parágrafo, inciso ou alínea da resolução, quando aplicável

GLOSSÁRIO

nº Ind.	Sigla	Variável	Descrição
7	HDispJud	Quantidade de horas de disponibilidade efetiva do serviço	Quantidade de horas de disponibilidade efetiva dos serviços SAP1, SAP2, SAPG, PJe-JT, Sisas/Ejus, Sisdoc no período de referência
7	HAcordJud	Total de horas de serviço acordado	Total acordado de horas dos serviços SAP1, SAP2, SAPG, PJe-JT, Sisas/Ejus, Sisdoc no período de referência
7	QTserv	Quantidade de serviços considerados	Quantidade de serviços considerados
8	OrçLiq	Valor efetivamente liquidado do orçamento disponibilizado	Total das despesas orçamentárias atestadas e reconhecidas pela unidade gestora beneficiária do fornecimento, serviço ou obra (despesas liquidadas)
8	OrçDisp	Total do orçamento disponibilizado	Total do orçamento do exercício referente às atividades e projetos específicos cujos recursos são passíveis de empenho, não devendo ser incluído no cálculo aqueles que sejam objeto de bloqueio por contingenciamento.
9, 10, 13	ArqDef1	Quantidade de processos arquivados definitivamente - 1º Grau	Quantidade de processos com registro de arquivamento definitivo nos sistemas informatizados no período de referência.
9	Tram1	Total de processos em tramitação - 1º Grau	Total de processos em andamento nas fases de conhecimento (entrados no período de referência e saldo do período anterior ao de referência), liquidação (saldo do período anterior ao de referência), execução (saldo do período anterior ao de referência) e no arquivo provisório (saldo do período anterior ao de referência).

GLOSSÁRIO

nº Ind.	Sigla	Variável	Descrição
10	Entr1	Total de processos entrados - 1º Grau	Total de casos novos na fase de conhecimento acrescido do total de processos anulados para novo julgamento no período de referência. Excluem-se as cartas precatórias
11	PNM0	Processos no nível de maturidade 0	Quantidade de processos de TI aderentes às melhores práticas do COBIT no nível de maturidade 0 e alinhados ao cenário da TI do Regional e com as diretrizes da Resolução 211 do CNJ.
11	PNM1	Processos no nível de maturidade 1	Quantidade de processos de TI aderentes às melhores práticas do COBIT no nível de maturidade 1 e alinhados ao cenário da TI do Regional e com as diretrizes da Resolução 211 do CNJ.
11	PNM2	Processos no nível de maturidade 2	Quantidade de processos de TI aderentes às melhores práticas do COBIT no nível de maturidade 2 e alinhados ao cenário da TI do Regional e com as diretrizes da Resolução 211 do CNJ.
11	QTPROC	Quantidade total de processos do subconjunto	Total de processos de TI do subconjunto, avaliados em comparação ao modelo de maturidade COBIT e alinhados ao cenário da TI do Regional e com as diretrizes da Resolução 211 do CNJ.
12	iGovTIC-JUD	Índice de Governança de TI calculado pelo CNJ	Avaliação da situação de Governança de TI apurada de acordo com o resultado calculado pelo CNJ, conforme Resolução 211 - Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)
13	ΣTp1	Somatória do tempo de duração dos processos no 1º Grau	Somatória do tempo de duração do processo no 1º Grau. Considera-se o tempo transcorrido entre a distribuição e o arquivamento definitivo, excluído o período compreendido entre a remessa e o retorno do 2º Grau, quando houver.

GLOSSÁRIO

nº Ind.	Sigla	Variável	Descrição
14	ΣTpPer	Somatória do tempo de duração da perícia	Somatória do tempo de duração da perícia de processos de conhecimento julgados no período.
14	Sol1Cper	Total de processos julgados - 1º Grau com perícia	Total de processos com a realização de perícia na fase de conhecimento julgados no 1º Grau no período de referência.
15	Julg1t-2	Quantidade de processos julgados que foram distribuídos até o ano t-2 no 1º e 2º Graus	Quantidade de processos julgados que foram distribuídos no 1º e 2º Graus, até o último dia do ano t-2.
15	Dist1t-2	Quantidade de processos distribuídos até o ano t-2 no 1º e 2º Graus	Quantidade de processos que foram distribuídos no 1º e 2º Graus, até o último dia do ano t-2.
16	ΣTpConh1	Somatória do tempo de duração dos processos na fase de conhecimento - 1º Grau	Somatória do tempo de duração dos processos na fase de conhecimento no 1º Grau. Considera-se o tempo transcorrido entre a data de ajuizamento da ação e a prolação da sentença.
16	Sent1	Total de processos com prolação de sentença - 1º Grau	Quantidade de processos que tiveram prolação de sentença no 1º Grau no período de referência.

GLOSSÁRIO

nº Ind.	Sigla	Variável	Descrição
17	ΣTp2	Somatória do tempo de duração dos processos no 2º Grau (Data do julgamento - Data da autuação/distribuição)	Somatória do tempo de duração dos processos no 2º Grau. Considera-se o tempo transcorrido entre a autuação/distribuição e o julgamento dos processos
17, 19	Julg2	Total de processos julgados - 2º Grau	Quantidade de processos julgados no 2º Grau, no período de referência
18	Julg1	Total de processos julgados - 1º Grau	Quantidade de processos julgados no 1º Grau, no período.
18	Entr1	Total de processos entrados - 1º Grau	Quantidade de casos novos no 1º Grau, no período.
19	Entr2	Total de processos entrados no 2º Grau	Quantidade de casos novos no 2º Grau, no período.
20	Conc1	Quantidade de processos solucionados por conciliação - 1º Grau	Quantidade de processos solucionados por conciliação na fase de conhecimento no 1º Grau no período de referência
20	Sol1	Total de processos solucionados - 1º Grau	Quantidade de processos solucionados na fase de conhecimento no 1º Grau no período de referência, excluindo-se as decisões de arquivamento, desistência e declaração de incompetência.

GLOSSÁRIO

nº Ind.	Sigla	Variável	Descrição
21	BaixExe1	Total de processos baixados na execução	Total de processos na fase de execução que foram arquivados definitivamente no período de referência.
21	EntrExe1	Total de processos entrados na execução	Total de processos com execução iniciada no período de referência no 1º Grau.
22	AvalPSatis	Quantidade de avaliações positivas na pesquisa de satisfação	Quantidade de avaliações consideradas positivas de acordo com métrica a ser estabelecida pela Instituição durante o planejamento da pesquisa de satisfação dos usuários externos com os serviços prestados pela Instituição.
22	AvalSatis	Total de avaliações da pesquisa de satisfação	Total de avaliações respondidas durante a pesquisa de satisfação dos usuários externos com os serviços prestados pela Instituição.
23	PendLit10	Total de processos pendentes (1º Grau) dos 10 maiores litigantes	Quantidade de processos pendentes de julgamento das dez pessoas jurídicas ou físicas com mais processos em tramitação (dez maiores litigantes), tanto no pólo ativo, quanto no pólo passivo, em 1º Grau, no período de referência.
23	DistLit10	Total de casos novos (1º Grau) dos 10 maiores litigantes	Quantidade de processos dos dez maiores litigantes distribuídos em 1º Grau, no período de referência.
23	Lit10Sol	Quantidade de solucionados dos 10 maiores litigantes	Quantidade de processos solucionados dos dez maiores litigantes, em 1º Grau, no período de referência.

GLOSSÁRIO

nº Ind.	Sigla	Variável	Descrição
24	PLSAting	Quantidade de indicadores do PLS com metas atingidas	Quantidade de indicadores do PLS com metas atingidas
24	TotIndPLS	Total de indicadores do PLS	Total de indicadores do PLS